



AULA 7A. O Plano Collor

baseado em Gremaud - Economia Brasileira Contemporânea 2022

1989: Primeiro Turno

Primeiro Turno						
Candidato	Partido	Origem	Domicílio	Votos	Proporção	Entre os dois
Fernando Collor	PRN	RJ	AL	22.611.011	32,47%	66,05%
Luís I. Lula da Silva	PT	PE	SP	11.622.673	16,69%	33,95%
Leonel Brizola	PDT	RS	RJ	11.168.228	16,04%	
Mário Covas	PSDB	SP	SP	7.790.392	11,19%	
Paulo Maluf	PDS	SP	SP	5.986.575	8,60%	
Guilherme Afif	PL			3.272.462	4,70%	
Ulysses Guimarães	PMDB			3.204.932	4,60%	
Roberto Freire	PCB			769.123	1,10%	
Aureliano Chaves	PFL			600.838	0,86%	
Ronaldo Caiado	PSD			488.846	0,70%	
Affonso Neto	PTB			379.286	0,54%	
Enéas Carneiro	PRONA			360.561	0,52%	
José Marronzinho	PSP			238.425	0,34%	
Paulo Gontijo	PP			198.719	0,29%	
Zamir Teixeira	PCN			187.155	0,27%	
Livia Abreu	PN			179.922	0,26%	
Eudes Mattar	PLP			162.350	0,23%	
Fernando Gabeira	PV			125.842	0,18%	
Celso Brant	PMN			109.909	0,16%	
Antonio Pedreira	PPB			86.114	0,12%	
Manoel Horta	PDCdoB			83.286	0,12%	
Armando Silva	PMB			4.363	0,01%	
Total válidos				69.631.012		

1989: Primeiro Turno = candidatos de peso



Porcentagem => Collor :53,03% Lula: 46,97%

Collor: Eleito diretamente



Consenso de Washington

Disciplina fiscal

Prorização
(reorientação)
dos gastos
públicos

Reforma
tributária

Privatização

Desregulação

Liberalização
financeira

Unificação do
Regime cambial

Liberalização
comercial

Abertura para o
Investimento
externo direto

Propriedade
intelectual:
proteção

O Governo Collor: Problemas Iniciais e Tentativas de Estabiliz.

- Insucesso dos Planos Heterodoxos
- Condições externas frágeis
- Fragilidade financeira do Estado
 - condições de financiamento da elevada dívida pública
- Elevação da liquidez dos haveres não-monetários (Tit. Públicos)
 - Possibilidade de monetização (liquidez imediata no mercado M1 sobre em relação ao M4) com pressão inflacionária;
 - Política monetária ineficaz:
 - Moeda Indexada – liquidez absoluta e remuneração (o limite do que é título e moeda desaparece)
 - **Contas remuneradas**: depósitos bancários aplicados em títulos no *overnight*;
 - Recompra (Zeragem) automática – *go around* (governo retoma os títulos não comercializados pelos bancos e coloca moeda na praça)
- No dia da posse (15.3.90) lança “**Plano Brasil Novo**”



Cinco conjunto de medidas

1. Políticas de renda
2. Reforma administrativa e privatização
3. Reforma fiscal
4. Reforma do comércio exterior
5. Reforma monetária

- Ponto central:

- Eliminar déficit público e retomada de controle sobre a oferta de moeda derrotariam a inflação
- Reformas estruturais recolocam economia em novo padrão de desenvolvimento (mais liberal)



1) Política de renda

- 16/03/90: **Congelamento de preços**
 - **Remarcações antes da posse**: Vários preços re-escalados no nível do dia 10;
 - Preços dos serviços públicos (ficaram defasados em 1989) aumentados dias antes e congelados por 4 meses;
 - MP 154: Salários de março (pagos em abril) – sofrem reajuste da inflação de março e devem ser acrescidos com base em reajustes com pre-fixação com base na *inflação esperada*
 - Trabalhadores podem negociar livremente;
 - Servidores públicos salários **congelados** por 6 meses;
 - Problema quando pré-fixa em 0% (a primeira, em abril, dado que congela...)
 - Necessidade de que inflação esperada seja constantemente viesada para baixo x apoio de sindicatos;
 - Esquema faz água, passa a ser de livre negociação;
 - **Substitui regra** por outra em julho/setembro: recuperar poder de compra médio.
 - Salário mínimo seria reajustado a cada trimestre de modo a recompor seu poder compra com base em uma cesta básica acrescido de 5% de aumento real.

□ Congelamento **não é** elemento central

- Não muito fiscalizado
- Inflação estava em 80% em março e vem p/ 11,3% em abril e 9,1% em maio

PIB (%)

1990	-4,35
1991	1,03
1992	-0,54
1993	4,92
1994	5,85

1) Política de renda

1986.01	401,02
1986.02	320,57
1986.03	74,93
1986.04	9,77
1986.05	18,14
1986.06	16,38
1986.07	22,57
1986.08	52,04
1986.09	22,65
1986.10	25,39
1986.11	89,09
1986.12	275,24
1987.01	343,15
1987.02	317,03
1987.03	516,85
1987.04	714,53
1987.05	929,98
1987.06	766,22
1987.07	187,84
1987.08	76,94
1987.09	145,76
1987.10	258,26
1987.11	439,46
1987.12	389,43

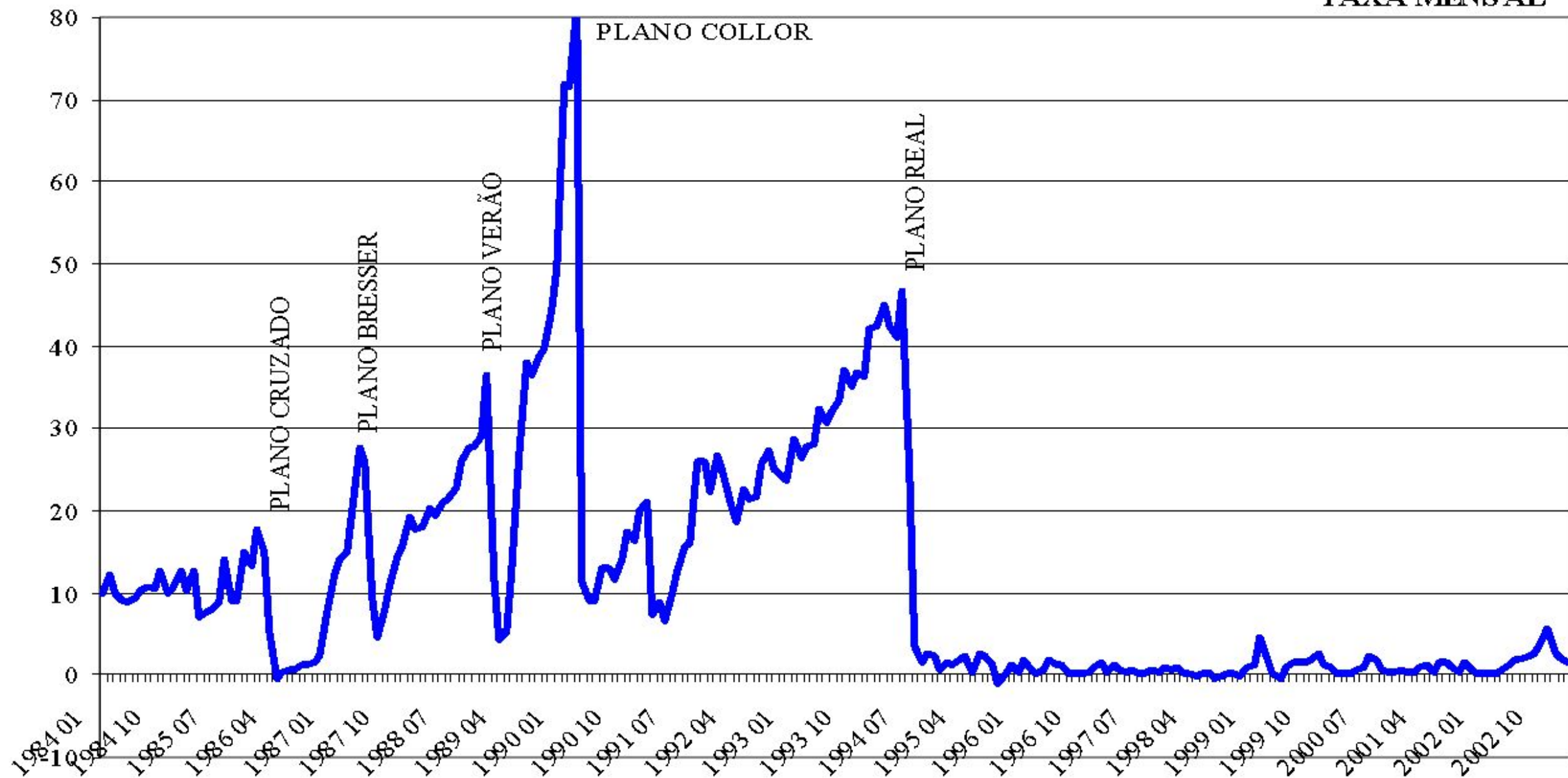
1988.01	697,48
1988.02	475,44
1988.03	599,70
1988.04	730,29
1988.05	586,89
1988.06	987,22
1988.07	977,64
1988.08	944,17
1988.09	1.736,88
1988.10	1.444,20
1988.11	1.823,45
1988.12	1.965,12
1989.01	4.463,04
1989.02	543,31
1989.03	120,71
1989.04	161,21
1989.05	622,85
1989.06	1.955,50
1989.07	1.787,65
1989.08	3.165,63
1989.09	4.490,99
1989.10	5.458,63
1989.11	10.784,25
1989.12	14.520,14

IPCA

1990.01	48.847,81
1990.02	86.626,31
1990.03	135.422,77
1990.04	464,79
1990.05	140,58
1990.06	279,29
1990.07	329,78
1990.08	327,96
1990.09	403,00
1990.10	400,37
1990.11	545,30
1990.12	662,05
1991.01	860,83
1991.02	858,01
1991.03	286,39
1991.04	79,37
1991.05	136,37
1991.06	257,06
1991.07	307,02
1991.08	471,30
1991.09	471,32
1991.10	812,30
1991.11	1.384,84
1991.12	1.184,78

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DI: 1984-2003

TAXA MENSAL



2) Reforma Administrativa e Privatização

- Encolher tamanho do Governo federal
 - Reduz Ministérios para 9 e fecha vários órgãos federais
 - Funcionários: lista de disponibilidade;
 - Pretensão de demissão de 400 mil funcionários (20% feito).
 - Plano de privatização anunciado - PND (**Plano Nacional de Desestatização**)
 - Aprovado no Congresso - começa lentamente
 - Subscrição obrigatória de Certificados de Privatização pelo sistema bancário e fundos de pensão (resistência)
 - Leilão importante só no final de 1991 – Usiminas (grande leilão).
 - Desregulamentações setoriais e redução de procedimentos burocráticos
 - Fecha IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e IBC (Inst. Brasileiro do Café)
- Problemas:
 - Estados e municípios incham com regras da nova Constituição (transferências);
 - Anúncios x fatos.



3) Reforma fiscal

- Aumento de receitas
 - “Fim” do anonimato fiscal – não mais cheques ao portador acima de US\$100 – e eliminação de brechas que favorecem evasão fiscal;
 - Fim de várias isenções fiscais:
 - dentre elas temporariamente as de investimento no N-NE
 - Aumentos de alíquotas no IR e IPI;
 - IR sobre atividade agrícola;
 - Correção dos tributos em atraso com indexador diário (Bônus do Tesouro Nacional - BTNF);
 - Introdução de imposto temporário sobre capital (depósitos acima de U\$ 9.000)
 - Alíquotas variam de 8 a 25% (ausência de titularidade) no resgate das aplicações ou na transferência de ações.
- Diminuição das despesas: sucesso por conta da
 - Redução nos pagamentos de juros sobre dívida pública
 - Congelamento de salários dos funcionários públicos
- Meta sair de déficit primário (diferença entre as despesas e a arrecadação tributária de um governo) de 8% para superávit de 2%
 - Cumprido, especialmente com aumento da arrecadação.

4) Reforma do Comércio Exterior

- Taxa de **câmbio flutuante** em substituição à minidesvalorizações diárias
 - Bancos e *dealers* autorizados podem negociar valor do câmbio com clientes, BC supervisiona e intervém;
 - Com o Plano câmbio ficou sobrevalorizado, mas depois desvaloriza.
- Mantém controles sobre conta de capital;
- Anuncia nova política comercial (detalhada em junho)
 - Elimina controles quantitativos sobre importações;
 - Elimina tarifas para alguns insumos industriais sem similar nacional;
 - Reduz tarifas (indiscriminadamente) e estabelece cronograma de continuidade;
 - Reduz variância das tarifas.
- Reformas vão lentamente mas continuamente

5) Reforma Monetária

- Restaura o Cruzeiro, sai o Cruzado novo (Pl. Verão),





Reforma Monetária

- Restaura o Cruzeiro,
- Feriado bancário (evitar a especulação);
- Bloqueio de depósitos (MP 168 de 16 março de 90).

Lançamento do Plano:

<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/plano-collor/noticia/plano-collor.ghtml>



Explicação do Collor

<https://www.youtube.com/watch?v=zdT0WrXblhw>

Explicação da Ministra Zélia Cardoso de Mello

<https://www.youtube.com/watch?v=RfhATnBZJ4w>

EM 15 DE MARÇO DE 1990, FERNANDO COLLOR DE MELLO ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DO BRASIL APÓS GANHAR A PRIMEIRA ELEIÇÃO DIRETA PÓS-DITADURA MILITAR.



NO DIA SEGUINTE, FOI ANUNCIADO UM PLANO ECONÔMICO COM O OBJETIVO DE CONTER A INFLAÇÃO.

"QUEM TEM UM DEPÓSITO À VISTA... QUEM TINHA ONTEM UM DEPÓSITO À VISTA DE 50 MIL CRUZADOS, PODE IR AO BANCO SEGUNDA-FEIRA E SACAR SE QUISER 50 MIL CRUZEIROS. O QUE EXCEDE ISSO FICA DEPOSITADO JUNTO AO BANCO CENTRAL SOBRE A TITULARIDADE DA PESSOA FÍSICA OU PESSOA JURÍDICA EM FORMA DE CRUZADOS NOVOS."



ZÉLIA CARDOSO DE MELLO, MINISTRA DA ECONOMIA.

5) Reforma Monetária

- Restaura o Cruzeiro,
- Bloqueio de depósitos (MP 168)
 - Depósitos à vista e poupança (M1) o que for acima de nCz50 mil (US\$1.200 oficial, 700 US\$ paralelo) fica bloqueado;
 - Depósitos à prazo, letras de câmbio, debêntures, fundos de renda fixa e aplicações de curto prazo (20% ou nCz 25 mil) **Enxugamento de 80% dos ativos monetários.**
 - Bloqueados por 18 meses e transferidos para BC em conta especial (VOB- Valores à ordem do banco Central) - Redução do M4
 - valores indexados à BTN e recebem 6% de juro anual. Resgatados depois em 12 parcelas mensais;
 - Por dois meses pode usar para pagar impostos;
 - Ministério pode liberar em condições relevantes;
 - Pode usar para pagar dívidas contraídas anteriormente – transferência de titularidade (Segue sendo VOB).





VEJA

O DINHEIRO SUMIU

Collor toma posse, baixa um confisco geral e deixa o país em estado de choque



PRINCIPAIS MEDIDAS DO PLANO CONTRA A INFLAÇÃO

POUPANÇA

Depósitos em cadernetas ou conta corrente limitados a NCZ\$ 50 mil. O restante fica retido por 18 meses, com correção a 6% de juros ao ano.

REAJUSTES SALARIAIS

Os salários de março serão reajustados pela inflação de fevereiro (72,78%). Do mês diante, os reajustes salariais seguirão índices praticados na inflação.

TÍTULOS AO PORTADOR

Desaparecem os títulos e aplicações ao portador. Cheques ao portador só poderão ser emitidos até o valor máximo de cem BTNs (hoje, NCZ\$ 2.903).

'OVER' E FUNDOS

Os saques ficam limitados a 30% ou NCZ\$ 25 mil, o que for maior. Sobre este valor sacado o investidor terá de pagar uma tributação de 8%.

REFORMA MONETÁRIA

O cruzado novo é substituído pelo cruzeiro, sem corte de zeros. Depósitos e saques em cruzadores de caixas e fundos não sofrerão qualquer limitação.

CONGELAMENTO

Os preços ficarão congelados até 15 de abril nos níveis de 12 de março. O governo poderá autorizar aumentos em casos específicos a serem estudados.

SALÁRIO-MÍNIMO

O salário-mínimo terá a mesma reposição das demais categorias. A partir de 1º de maio os reajustes serão os praticados, mas não poderão ultrapassar a inflação registrada.

ALUGUÉIS

Os alugueis serão pagos normalmente nos contratos. Mas a partir de maio os reajustes mensais serão os praticados, não podendo ultrapassar a inflação registrada.

REFORMA MONETÁRIA

O cruzado novo é substituído pelo cruzeiro, sem corte de zeros. Depósitos e saques em cruzadores de caixas e fundos não sofrerão qualquer limitação.

CONGELAMENTO

Os preços ficarão congelados até 15 de abril nos níveis de 12 de março. O governo poderá autorizar aumentos em casos específicos a serem estudados.

PRINCIPAIS MEDIDAS DO PLANO CONTRA A INFLAÇÃO

POUPANÇA

Depósitos em cadernetas ou conta corrente limitados a NCZ\$ 50 mil. O restante fica retido por 18 meses, com correção a 6% de juros ao ano.

REAJUSTES SALARIAIS

Os salários de março serão reajustados pela inflação de fevereiro (72,78%). Do mês diante, os reajustes salariais seguirão índices praticados na inflação.

TÍTULOS AO PORTADOR

Desaparecem os títulos e aplicações ao portador. Cheques ao portador só poderão ser emitidos até o valor máximo de cem BTNs (hoje, NCZ\$ 2.903).

'OVER' E FUNDOS

Os saques ficam limitados a 30% ou NCZ\$ 25 mil, o que for maior. Sobre este valor sacado o investidor terá de pagar uma tributação de 8%.

SALÁRIO-MÍNIMO

O salário-mínimo terá a mesma reposição das demais categorias. A partir de 1º de maio os reajustes serão os praticados, mas não poderão ultrapassar a inflação registrada.

ALUGUÉIS

Os alugueis serão pagos normalmente nos contratos. Mas a partir de maio os reajustes mensais serão os praticados, não podendo ultrapassar a inflação registrada.

REFORMA MONETÁRIA

O cruzado novo é substituído pelo cruzeiro, sem corte de zeros. Depósitos e saques em cruzadores de caixas e fundos não sofrerão qualquer limitação.

CONGELAMENTO

Os preços ficarão congelados até 15 de abril nos níveis de 12 de março. O governo poderá autorizar aumentos em casos específicos a serem estudados.

Remarcações de preços dão até 5 anos de prisão

As remarcações de preços são, de agora em diante, crimes de abuso do poder econômico, punidos com prisão de dois a cinco anos ou multa de 500 a 500 BTNs, como foi a Medida Provisória número 783, que é a verdade uma atualização da antiga Lei Delibada, promulgada em 1964. A Medida pune a sonegação e também a fraude no peso do produto e, no caso de crime praticado por pessoa jurídica, como um supermercado, serão presos o gerente, o diretor e o dono da empresa.

Outra Medida Provisória anula com o anonimato fiscal e o sigilo bancário, o que facilitava a fiscalização do Banco Central e da Receita Federal, especialmente nas aplicações em ouro, bolsas de valores e títulos e valores mobiliários públicos e privados. Assim, foi extinto o Fundo de Curto Prazo ao Portador e só existe agora o Nandativo. Os cheques ao portador passaram a ter o limite de 100 BTNs.

O GLOBO

Imperativo

Esta edição

Sumário Político	Página 2
Carlos de Azeite	Página 3
Q. Nascimento e Silva	Página 4
do Ambiente	Página 5

Páginas 98 a 104

COLLOR DO BRASIL

Aberto 17 de março de 1990 Ano XCIX - Nº 399 Preço para o Rio: Cr\$ 30,00

LA DE COLLOR FAZ MOTO NA ECONOMIA

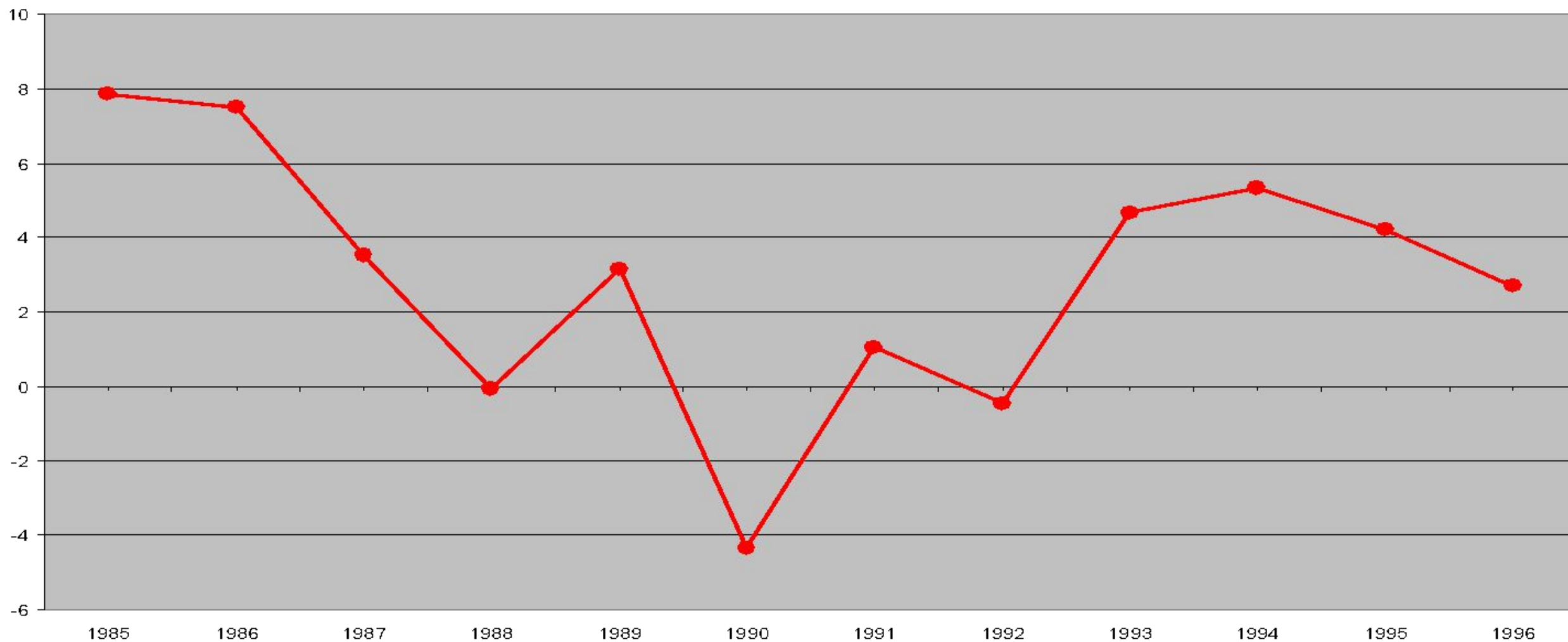
linheiro em poder. Nas contas correntes, só até um Cr\$ 50.000,00 será em cruzeiros, que usados normalmente exceder disso trazido novo — e só depois, engordado por seu dono, 20% do total que ele tiver no banco, ou mensais iguais e não corrigidas.

O mesmo ocorre com a caderneta de poupança. No caso do overnight e fundos nominativos, o mecanismo ainda é mais draconiano: só vai virar cruzeiro, e portanto continuar podendo ser usado livremente por seu dono, 20% do total que ele tiver no banco, ou mensais iguais e não corrigidas.

O plano de ajuste anunciado por Collor mexe com virtualmente tudo na vida dos brasileiros. Os preços dos principais produtos serão tabelados, de acordo com listas que serão divulgadas a partir de hoje pela Sunab, e só poderão ser alterados uma vez que serão devolvidos um ano e meio depois.

O plano de ajuste anunciado por Collor mexe com virtualmente tudo na vida dos brasileiros. Os preços dos principais produtos serão tabelados, de acordo com listas que serão divulgadas a partir de hoje pela Sunab, e só poderão ser alterados uma vez que serão devolvidos um ano e meio depois.

Taxas de crescimento do PIB durante os Planos de Estabilização Brasil 1985 - 1996



Plano Collor problemas

- Impacto inicial:
 - Redução de 80% do M4 (Choque de liquidez);
 - Desestruturação do sistema produtivo – Retração do PIB;
 - Queda da inflação (90% para 9%), mas retorno para casa dos 20% a.m.
- **Problemas:**
 - Expansão da liquidez posterior :
 - Acerto no estoque comprometido com expansão posterior:
 - “Torneirinhas”, pressões políticas erros de gerenciamento;
 - “Arrependimento” – até onde era possível ? Risco de enorme crise bancária;
 - Não se viabilizaram mecanismos para controle dos novos fluxos monetários e não existe alteração sobre regras
 - José Pastore: Acerta o estoque, mas não o fluxo (ele retorna pelo medo e arrependimento).
- Outros problemas
 - Deterioração da balança comercial sem financiamento na Balança de capitais;
 - valorização cambial.

A Transição Collor - Itamar

■ Collor II:

- Reforma financeira que visava eliminar o *Overnight* (substituído pelo FAF - Fund de Aplic. Financ.) e outras formas de indexação (criação da TR)
- Congelamento de preços e salários.

■ Marcílio – “Plano Nada”

- Não tratamento de choque ou heterodoxia
- Controle de fluxo de caixa e meios de pagamento
- Descongelamento e preparo para desbloqueio
- Reaproximação do Brasil com mercado financeiro internacional
- Elevação das taxas de juros: Forte ingresso de capitais e ampliação das reservas
 - esterilização – aumento da dívida interna
- Inflação mantida em patamares elevados

